

EDUARDO DA SILVA MATTOS

JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA

# RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Curso avançado em Direito,  
Economia e Finanças



THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*  
**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*  
**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Ana Carolina Francisco

*Estagiária:* Aline Pavanelli

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*  
*Gerente de Conteúdo*  
**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patricia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araújo, Rodrigo Araújo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Bárbara Lemes

*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*  
**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*  
**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Mattos, Eduardo da Silva  
Recuperação de empresas : curso avançado em direito, economia e finanças  
/ Eduardo da Silva Mattos, José Marcelo Martins Proença. -- São Paulo : Thomson  
Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-260-0178-3

1. Empresas - Falência 2. Falência - Brasil 3. Insolvência 4. Recuperação judicial  
(Direito) - Leis e legislação - Brasil I. Proença, José Marcelo Martins. II. Título.

23-155856

CDU-347.736(81)(094)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Leis : Recuperação de empresas : Direito comercial 347.736(81)(094)  
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	5
APRESENTAÇÃO .....	7

### TOMO I

#### FUNDAMENTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DA RECUPERAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS

<b>CAPÍTULO 1 – EMPRESAS, MERCADOS E INSOLVÊNCIA: ANATOMIA E FOTOGRAFIA .....</b>	<b>25</b>
1.1. Introdução .....	25
1.2. Definições e palavras-chave na área de insolvência .....	28
1.3. Razões para insolvência .....	33
1.4. Problemas econômicos vs. problemas financeiros .....	36
1.5. Evolução do número de pedidos de recuperação judicial e falência no Brasil .....	39
1.6. Crédito, inadimplência e regime falimentar no Brasil .....	48
1.7. Resumo do capítulo .....	54
<b>CAPÍTULO 2 – RISCO E CRÉDITO: UMA INTRODUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA À TEORIA GERAL DA INSOLVÊNCIA .....</b>	<b>55</b>
2.1. Introdução .....	55
2.2. A relação entre risco e retorno .....	58
2.3. Crédito e os ciclos econômicos .....	67
2.4. Incentivos de investimento e <i>debt overhang</i> .....	70
2.5. Os problemas de impasse ( <i>holdout</i> ), ação coletiva ( <i>common pool</i> ) e carona ( <i>free-riding</i> ) .....	75
2.6. Funções da insolvência: a questão da distribuição .....	79
2.7. Funções da insolvência: a questão da realocação e maximização .....	85

2.8.	Indivíduos frágeis para um sistema antifrágil: o que um sistema de insolvência economicamente <i>não</i> faz (ou <i>não deveria</i> fazer) .....	90
2.9.	Resumo do capítulo .....	98

### CAPÍTULO 3 – O IMPACTO DE FATORES MACROECONÔMICOS NA INSOLVÊNCIA DE EMPRESAS NO BRASIL .....

3.1.	Introdução.....	101
3.2.	Identificando os fatores macro que impactam insolvência.....	103
3.2.1.	Revisão de literatura.....	103
3.2.2.	Dados.....	110
3.2.3.	Variáveis.....	110
3.2.4.	Modelagem em econometria .....	118
3.3.	Resultados dos modelos econométricos .....	123
3.3.1.	PIB .....	131
3.3.2.	Câmbio .....	133
3.3.3.	Juros .....	135
3.3.4.	Liquidez.....	137
3.3.5.	Expectativas.....	138
3.4.	Resumo do capítulo .....	139

### CAPÍTULO 4 – PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA E DO RESULTADO DE PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS .....

4.1.	Introdução.....	141
4.2.	Identificando variáveis financeiras e institucionais que impactam a recuperação de empresas .....	143
4.2.1.	Revisão de literatura.....	143
4.2.2.	Dados.....	149
4.2.3.	Variáveis.....	151
4.2.4.	Modelagem em econometria .....	159
4.3.	Resultados dos modelos econométricos .....	162
4.3.1.	Variáveis financeiras .....	165
4.3.2.	Características internas.....	167
4.3.3.	Variáveis institucionais .....	170
4.4.	Aplicação de modelos computacionais .....	172
4.5.	Resultados de modelos computacionais .....	173
4.6.	Resumo do capítulo .....	177

<b>CAPÍTULO 5 – AVALIAÇÃO (VALUATION) DE EMPRESAS EM DIFICULDADE FINANCEIRA</b> .....	181
5.1. Introdução .....	181
5.2. Avaliação por fluxo de caixa descontado .....	184
5.2.1. Fundamentos do modelo de fluxo de caixa descontado .....	184
5.2.2. Forma de previsão dos fluxos esperados .....	190
5.3. Modelos de fatores e o Capital Asset Pricing Model (CAPM) .....	196
5.3.1. Risco e retorno na definição da taxa de desconto .....	196
5.3.2. A construção e as premissas do CAPM .....	198
5.3.3. O modelo de 3 fatores e a adoção prática do prêmio de tamanho .....	203
5.3.4. Do CAPM ao custo médio ponderado do capital (WACC) ....	205
5.4. Tópicos especiais: casos e ajustes necessários .....	207
5.4.1. Empresas de capital fechado .....	207
5.4.2. Desconto por iliquidez .....	210
5.4.3. Existência de ativos não operacionais .....	211
5.4.4. Ativo intangível .....	213
5.4.5. Desconto por pessoa chave .....	214
5.4.6. Empresas cíclicas .....	216
5.5. Ajustes no fluxo de caixa descontado para avaliação de empresas em crise .....	217
5.5.1. O problema: avaliando empresas com fluxos negativos .....	217
5.5.2. Ajustando os fluxos esperados: testes de cenários e simulações .....	219
5.5.3. Risco de insolvência, taxa de desconto e valor .....	220
5.6. Avaliação relativa em empresas em crise .....	221
5.6.1. Múltiplos por empresas comparáveis .....	222
5.6.2. Múltiplos por transações comparáveis .....	222
5.6.3. Problemas práticos da utilização de múltiplos para empresas em crise .....	223
5.7. Avaliação patrimonial e valor de liquidação .....	225
5.8. Resumo do capítulo .....	227
<b>CAPÍTULO 6 – FINANCIAMENTO DA EMPRESA EM CRISE</b> .....	231
6.1. Introdução .....	231
6.2. Elementos da estrutura de capital .....	232
6.2.1. Capital próprio ( <i>equity</i> ) .....	232

6.2.2.	Capital de terceiros ( <i>debt</i> ) .....	236
6.2.3.	Indiferença da estrutura de capital no valor: o teorema de Modigliani-Miller .....	241
6.2.4.	Teorias sobre a escolha da estrutura de capital .....	244
6.3.	Perfil de endividamento e saúde financeira empresarial .....	251
6.4.	Instrumentos e estratégias para desalavancagem .....	253
6.4.1.	Renegociação da dívida existente .....	254
6.4.2.	Rolagem da dívida com novos recursos de terceiros .....	256
6.4.3.	Conversão de dívida em capital próprio .....	257
6.4.4.	Novos aportes ou emissões de capital próprio .....	258
6.5.	DIP <i>Financing</i> .....	260
6.6.	Resumo do capítulo .....	263

## CAPÍTULO 7 – INVESTIMENTO EM MERCADOS E EMPRESAS ESTRESSADOS.....

7.1.	Introdução.....	267
7.2.	Aquisição de dívida inadimplida – <i>non-performing loans</i> (NPLs) .....	269
7.3.	Dinheiro novo na recuperação judicial: DIP <i>Financing</i> .....	273
7.4.	Aquisição de ativos isolados .....	276
7.4.1.	Formas de aquisição .....	277
7.4.2.	Vantagens .....	278
7.4.3.	Riscos.....	280
7.4.4.	A questão do preço vil .....	281
7.5.	Aquisição da empresa – <i>distressed M&amp;A</i> .....	282
7.6.	Resumo do capítulo .....	284

## TOMO II

### PROCEDIMENTOS LEGAIS PARA RECUPERAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS

## CAPÍTULO 8 – ESTRUTURA E FUNÇÃO DA LEGISLAÇÃO FALIMENTAR: UMA INTRODUÇÃO JURÍDICA À TEORIA GERAL DA INSOLVÊNCIA.....

8.1.	Contextualização.....	291
8.2.	Objetivos, finalidades, princípios e medidas de concretização do sistema recuperacional brasileiro .....	292
8.2.1.	Contexto econômico.....	292
8.2.2.	Preservação da empresa e segregação dos negócios inviáveis .....	297

8.2.3.	Composição adequada dos interesses dos credores .....	303
8.2.4.	Separação dos conceitos de empresa e empresário .....	306
8.2.5.	Redução do custo de crédito .....	308
8.2.6.	Maximização do valor dos ativos da empresa em dificuldade.....	310
8.2.7.	Eficiência e economia processual.....	312
8.2.8.	Tratamento favorecido às pequenas empresas .....	314
8.3.	Estrutura do procedimento recuperacional .....	316
8.4.	Resumo do capítulo .....	320
<b>CAPÍTULO 9 – AGENTES E SUJEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>		<b>323</b>
9.1.	Sujeitos legitimados ao pedido de recuperação judicial .....	323
9.1.1.	Ser devedor .....	323
9.1.2.	A comprovação do estado de devedor .....	326
9.1.3.	Legitimidade extraordinária.....	332
9.1.4.	Condição de empresário .....	334
9.1.5.	Regularidade societária .....	336
9.1.6.	Exercício regular da atividade há 2 anos.....	338
9.1.7.	Deliberação especial para pedido de recuperação judicial.....	340
9.1.8.	Não ser falido .....	341
9.1.9.	Não ter obtido recuperação judicial há menos de 5 anos.....	343
9.1.10.	Não ser condenado por crime falimentar .....	345
9.1.11.	Grupos de sociedades .....	346
9.1.12.	Caso do produtor rural.....	351
9.1.13.	Caso de clubes de futebol.....	353
9.2.	Sujeitos não legitimados ao pedido de recuperação judicial.....	355
9.2.1.	Não empresários .....	355
9.2.2.	Empresas estatais .....	358
9.2.3.	Agentes que exploram “atividades especiais” .....	362
9.2.4.	Concessionárias de energia elétrica.....	364
9.2.5.	Pessoas jurídicas de direito público.....	364
9.2.6.	Crítica às exclusões: associações, cooperativas e outros agentes que desempenham atividade econômica .....	366
9.3.	Administrador Judicial .....	368
9.3.1.	Competência.....	370
9.3.2.	Nomeação .....	390
9.3.3.	Nomeação de mais de um administrador judicial.....	395
9.3.4.	Impedimentos.....	397

9.3.5.	Investidura.....	401
9.3.6.	Remuneração .....	401
9.3.7.	Responsabilidade .....	407
9.3.8.	Substituição, destituição e renúncia.....	409
9.4.	Credores.....	412
9.4.1.	Papel dos credores na recuperação judicial .....	412
9.4.2.	O Comitê de Credores.....	414
9.4.3.	Sujeição de credores ao procedimento recuperacional .....	419
9.5.	Juízo .....	419
9.5.1.	Delimitação do papel do Juízo na recuperação judicial .....	419
9.5.2.	Judiciário: entre mero fiscalizador e garantidor da efetividade do procedimento.....	421
9.5.3.	A polêmica questão da especialização do Judiciário .....	424
9.6.	Ministério Público .....	426
9.7.	Resumo do capítulo .....	429
<b>CAPÍTULO 10 – O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>		<b>433</b>
10.1.	O pedido: estrutura e função .....	434
10.1.1.	Requisitos da petição inicial.....	434
10.1.2.	Polo ativo e polo passivo .....	436
10.1.3.	Preliminarmente: a possibilidade de conciliação e mediação antecedente.....	436
10.1.4.	Causa de pedir .....	441
10.1.5.	Evidência sobre as causas de pedir em recuperações.....	443
10.1.6.	Documentação contábil .....	445
10.1.7.	Descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito .....	451
10.1.8.	Relação nominal de credores, sujeitos ou não à recuperação judicial.....	452
10.1.9.	Relação de empregados .....	454
10.1.10.	Documentos societários.....	456
10.1.11.	Relação de bens particulares dos sócios e administradores....	457
10.1.12.	Extrato de contas .....	460
10.1.13.	Certidão de protesto de títulos .....	461
10.1.14.	Relação de ações judiciais em que o devedor figure como parte.....	463
10.1.15.	Relatório detalhado do passivo fiscal .....	464



10.1.16.	Relação de bens do ativo não circulante .....	464
10.1.17.	Valor da causa e gratuidade de justiça .....	465
10.2.	Competência .....	468
10.2.1.	Principal estabelecimento .....	468
10.2.2.	Consolidação processual.....	473
10.2.3.	Consolidação substancial.....	476
10.2.4.	Prevenção .....	477
10.2.5.	Conflito de competência.....	479
10.3.	Resumo do capítulo .....	481
<b>CAPÍTULO 11 – A DECISÃO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>		<b>485</b>
11.1	Constatação prévia .....	486
11.1.1.	Objeto .....	488
11.1.2.	Procedimento .....	490
11.1.3.	Nomeação .....	490
11.2.	Conteúdo e limites da decisão de processamento .....	491
11.3.	Elementos da decisão de processamento .....	497
11.4.	Efeitos da decisão de processamento sobre o devedor, seus sócios e administradores.....	499
11.4.1.	Sobre o registro empresarial .....	499
11.4.2.	Sobre a operação da empresa em crise .....	500
11.4.3.	Sobre os ativos do devedor .....	502
11.4.4.	Sobre a remuneração dos sócios do devedor.....	504
11.4.5.	Sobre a administração do devedor.....	507
11.5.	Efeitos da decisão de processamento sobre terceiros.....	514
11.6.	<i>Stay period</i> .....	516
11.6.1.	Fundamentos da suspensão na recuperação judicial.....	516
11.6.2.	Prazo e prorrogação da suspensão.....	518
11.6.3.	Possibilidade de antecipação do <i>stay period</i> para antes do deferimento do processamento da recuperação .....	523
11.6.4.	Ações e execuções não suspensas.....	525
11.6.5.	Execuções trabalhistas.....	527
11.6.6.	Execuções fiscais.....	529
11.6.7.	Coobrigados, fiadores, obrigados de regresso e o <i>stay period</i> ...	533
11.6.8.	Bens de capital essenciais à execução das atividades: definição e aplicação.....	535

11.6.9.	Essencialidade: recebíveis cedidos fiduciariamente em garantia (“trava bancária”).....	540
11.6.10.	Essencialidade: contratos locatícios e despejo.....	543
11.6.11.	Contratos de prestação de serviço de infraestrutura básica (água, energia, telefonia).....	546
11.6.12.	Protesto de títulos e inscrição em órgãos de proteção ao crédito.....	548
11.6.13.	Suspensão de prescrição.....	550
11.7.	Atos subsequentes .....	551
11.7.1.	Publicização da decisão.....	551
11.7.2.	Sequência da fase material: início do prazo para apresentação do plano de recuperação judicial pelo devedor .....	552
11.7.3.	Início da fase paralela de verificação de créditos: a publicação de edital com a lista de credores da recuperanda .....	552
11.8.	Resumo do capítulo .....	553

## CAPÍTULO 12 – CRÉDITOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: SUJEIÇÃO, HABILITAÇÃO E VERIFICAÇÃO..... 559

12.1	Créditos submetidos ao pedido de recuperação judicial .....	561
12.1.1.	Regra geral .....	561
12.1.2.	Data da constituição do crédito .....	563
12.2.	Créditos não exigíveis e excluídos do processo de recuperação judicial .....	566
12.2.1.	Obrigações a título gratuito.....	569
12.2.2.	Despesas que credores incorrerem para tomar parte na recuperação judicial.....	571
12.2.3.	Atos cooperativos.....	572
12.2.4.	Créditos de coobrigados, fiadores e obrigados de regresso ....	573
12.2.5.	Créditos não contemplados no plano de recuperação .....	575
12.2.6.	Alienação fiduciária .....	576
12.2.7.	<i>Leasing</i> e arrendamento mercantil.....	582
12.2.8.	Venda de imóvel com cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade .....	582
12.2.9.	Venda com reserva de domínio .....	583
12.2.10.	Adiantamento sobre contrato de câmbio.....	584
12.2.11.	Trava bancária e penhor sobre direitos creditícios.....	587
12.2.12.	Créditos frente a produtor rural não decorrentes da exploração de sua atividade fim .....	589

12.2.13.	Recursos oriundos de crédito rural nos termos da Lei nº. 4.829/1965.....	591
12.2.14.	Crédito para aquisição de propriedade rural nos 3 anos anteriores ao pedido de recuperação .....	592
12.2.15.	Obrigações assumidas no âmbito das câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira.....	593
12.2.16.	Operações compromissadas e derivativos .....	595
12.2.17.	Créditos em empresas aéreas.....	596
12.2.18.	Créditos sujeitos à compensação.....	598
12.9.19.	Outros créditos extraconcursais.....	601
12.2.20.	A adesão voluntária de credores extraconcursais aos efeitos da recuperação .....	603
12.3.	A posição do Fisco .....	604
12.3.1.	Não sujeição oficial de créditos tributários .....	604
12.3.2.	Posição prática dos créditos tributários.....	606
12.3.3.	Possibilidade de o Fisco buscar inclusão de créditos na recuperação judicial.....	608
12.4.	A verificação de créditos e sua fase administrativa .....	610
12.4.1.	Início da fase administrativa .....	612
12.4.2.	Habilitações e divergências administrativas.....	612
12.4.3.	Análise na fase administrativa e publicação da lista do Administrador Judicial.....	618
12.5.	A fase judicial de verificação de créditos .....	620
12.5.1.	Início da fase judicial .....	620
12.5.2.	Habilitações e impugnações judiciais.....	621
12.5.3.	Análise na fase judicial.....	626
12.5.4.	Observações sobre a verificação de créditos trabalhistas .....	629
12.5.5.	Publicação da lista judicialmente consolidada (quadro geral de credores) .....	631
12.5.6.	Credores retardatários e ação retificatória .....	633
12.5.7.	Consequência da extemporaneidade .....	634
12.5.8.	Pedido de reserva .....	637
12.6.	Resumo do capítulo .....	639
<b>CAPÍTULO 13 – O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>		<b>645</b>
13.1.	Estrutura e função do plano de recuperação .....	647
13.2.	Prazo para apresentação e publicização .....	649
13.3.	Conteúdo do plano .....	650

13.3.1.	Plano <i>stricto sensu</i> .....	652
13.3.2.	Laudo econômico-financeiro e a demonstração da viabilidade .....	657
13.3.3.	Laudo de avaliação de bens .....	662
13.4.	Meios de recuperação e laudos de viabilidade: entre teoria e prática.....	663
13.4.1.	Terceirização de responsabilidade nos planos .....	664
13.4.2.	Planos genéricos e copiados .....	666
13.4.3.	Planos que não dialogam logicamente com a petição inicial....	668
13.4.4.	Laudos com premissas e resultados inexequíveis .....	669
13.5.	Tratamento homogêneo entre credores: limites e possibilidades .....	671
13.6.	Créditos trabalhistas no plano de recuperação.....	676
13.7.	Coobrigados, fiadores e credores de regresso no plano de recuperação ....	679
13.8.	Alienação de bens com garantia real .....	682
13.9.	Crédito em moeda estrangeira .....	683
13.10.	Unidade Produtiva Isolada (UPI).....	683
13.10.1.	Definição, escopo financeiro e ampliação de objeto .....	683
13.10.2.	Requisitos para formação e alienação da UPI .....	688
13.11.	Excepcionalidade: a alienação e oneração de bens fora do plano de recuperação .....	692
13.11.1.	Requisitos para alienação fora do plano .....	692
13.11.2.	A possibilidade de interferência dos credores nas alienações fora do plano .....	694
13.12.	DIP <i>Financing</i> .....	697
13.12.1.	Racionalidade .....	698
13.12.2.	Procedimento e análise material .....	700
13.12.3.	Origem dos recursos e cuidados com financiamento pelos próprios sócios.....	704
13.13.	Tributação das alienações de bens e do deságio nos planos de recuperação .....	705
13.14.	Plano alternativo de recuperação (plano de credores) .....	707
13.14.1.	Condições para apresentação .....	708
13.14.2.	Conteúdo e limitação ao plano de credores .....	709
13.14.3.	Especificidades para votação do plano alternativo .....	711
13.15.	Controle judicial da legalidade do plano.....	712
13.15.1.	(Im)possibilidade de controle prévio de legalidade do plano	713
13.15.2.	Meios de recuperação genéricos.....	714

12.15.3.	Liberdade de negociação e abuso nas condições financeiras propostas .....	715
13.15.4.	Propostas de pagamento ilíquidas .....	718
13.16.	O aditamento de plano após a homologação da versão votada em assembleia .....	719
13.17.	Resumo do capítulo .....	722
<b>CAPÍTULO 14 – ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES .....</b>		<b>729</b>
14.1.	Estrutura e função da assembleia geral de credores.....	731
14.2.	Necessidade de objeção ao plano de recuperação .....	735
14.3.	Os elementos do ato assemblear .....	738
14.3.1.	Prazo para realização.....	739
14.3.2.	Ausência de suspensão ou adiamento por pendência de verificação de crédito .....	740
14.3.3.	Convocação .....	742
14.3.4.	Predileção por meios virtuais para assembleia .....	747
14.3.5.	Preparativos para a assembleia e participação por representação.....	749
14.3.6.	Instalação e unicidade da assembleia geral de credores .....	752
14.3.7.	Presidência, secretariado e registro da AGC .....	754
14.3.8.	Condução dos trabalhos assembleares .....	755
14.3.9.	Legitimados a votar.....	756
14.3.10.	Não legitimados a votar.....	760
14.3.11.	Forma de extração dos votos.....	764
14.3.12.	Suspensão da AGC e prazo para encerramento dos trabalhos.....	766
14.3.13.	Quóruns para aprovação ou rejeição do plano e outras matérias .....	767
14.4.	Resultados da votação do plano de recuperação .....	770
14.4.1.	Aprovação regular do plano .....	771
14.4.2.	Aprovação (imposição) do plano por quórum alternativo (“ <i>cram down</i> ”).....	771
14.4.3.	Separadamente: a cumulação da abusividade de voto com o “ <i>cram down</i> ” .....	774
14.4.4.	Rejeição do plano do devedor, submissão e análise de plano alternativo pelos credores .....	779
14.4.5.	Convoação em falência pela rejeição dos planos .....	782

14.5.	A soberania das decisões da assembleia e seus limites.....	783
14.6.	A possibilidade de substituição da assembleia por termo de adesão .....	785
14.7.	Oposição à decisão assemblear .....	788
14.8.	A convolação da recuperação judicial em falência fora da assembleia....	790
14.9.	Resumo do capítulo .....	792

## **CAPÍTULO 15 – CONCESSÃO E CUMPRIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....**

799

15.1.	Decisão de concessão: estrutura e função .....	800
15.2.	Os limites de atuação do Judiciário na revisão do plano e da AGC .....	801
15.3.	A questão das dívidas tributárias e certidões negativas .....	803
15.4.	Efeitos da concessão .....	807
15.4.1.	Novação das obrigações .....	807
15.4.2.	Coobrigados e garantidores de obrigações novadas .....	808
15.4.3.	Condição resolutiva .....	810
15.4.4.	Extinção das execuções.....	811
15.4.5.	Baixa de protestos e registros em órgãos de proteção de crédito.....	812
15.4.6.	Formação de novo título executivo e possibilidade de alteração .....	813
15.5.	Recurso contra a decisão que concede ou nega a concessão da recuperação judicial .....	814
15.6.	Execução e supervisão judicial do cumprimento do plano .....	814
15.7.	Convolação por descumprimento do plano .....	817
15.8.	Possibilidade de aditamento do plano homologado.....	820
15.9.	Sentença de encerramento.....	820
15.10.	Execução extrajudicial do plano.....	822
15.11.	Novo pedido de recuperação antes de integralmente cumprido o plano anterior.....	823
15.12.	Resumo do capítulo .....	826

## **REFERÊNCIAS .....**

829